

economia no 1º trimestre

MARIA CECÍLIA TEIXEIRA

O Banco Central divulgou, no último dia 31, o relatório "Brasil — Programa Econômico", que em sua 7ª edição, analisa o comportamento da economia brasileira durante o primeiro trimestre deste ano. De acordo com o documento, a nível interno o governo conseguiu ao final de março reverter o movimento de aceleração — observado em fevereiro — no ritmo de crescimento da base monetária, com a variação do agregado, em 12 meses, declinando de 266,8% para 253,2%. O saldo dos meios de pagamento registrou expansão de 11,1% no trimestre, com o indicador de 12 meses situando-se em 205,7%.

Fortes pressões inflacionárias ainda foram mantidas no período, com a taxa de aumento nos preços atingindo 234,1% nos 12 meses encerrados em março. No entanto, foi alcançado um ganho substancial em abril, quando a taxa de inflação situou-se em 7,2% — a mais baixa dos últimos 23 meses — reduzindo a variação acumulada em 12 meses, para 228,8%. As elevadas taxas de inflação contribuíram para a ampliação das necessidades de financiamento do setor público, fazendo com que no conceito operacional, o mesmo registrasse pequeno déficit.

A Balança Comercial registrou superávit de cerca de US\$ 2 bilhões nos primeiros três meses do ano. Embora as transações correntes tenham sido deficitárias em US\$ 1,4 bilhão, pequeno superávit foi alcançado no Balanço de Pagamentos, devido ao ingresso líquido de recursos não-bancários. O desembolso líquido da dívida externa apresentou crescimento de apenas US\$ 111 milhões. As reservas internacionais líquidas do País evoluíram de US\$ 4.242 bilhões em 31 de dezembro último, para US\$ 4.309 bilhões em 31 de março deste ano.

AJUSTAMENTO INTERNO

Durante o primeiro trimestre deste ano, o fluxo nominal das necessidades de financiamento do setor público atingiu Cr\$ 46.977 trilhões, dos quais, Cr\$ 46.758 trilhões (99,5%) de origem interna e Cr\$ 219 bilhões (0,5%) provenientes do Exterior. A principal parcela do financiamento interno foi absorvida pelo governo central — Cr\$ 18.311 trilhões — sendo Cr\$ 19.765 trilhões relativos ao aumento líquido da dívida mobiliária e Cr\$ 4.062 trilhões destinados às aplicações das autoridades monetárias, enquanto os recursos líquidos de Cr\$ 5.310 trilhões e Cr\$ 206 bilhões, respectivamente, fôrça provenientes de ingressos fiscais e outras operações.

Em termos operacionais, o resultado do primeiro trimestre registrou um déficit de Cr\$ 2.586 trilhões, dos quais Cr\$ 2.367 trilhões constituídos por recursos internos. O déficit foi explicado

basicamente pela combinação entre os recursos destinados às empresas estatais (Cr\$ 2.354 trilhões) e governos estaduais e municipais (Cr\$ 1.433 trilhão) e o superávit localizado no governo central (Cr\$ 1.525 trilhão).

A execução financeira do Tesouro Nacional acusou, no trimestre, superávit de Cr\$ 3.784 trilhões. A receita obtida no período situou-se em Cr\$ 19.387 trilhões, com queda real de 3,6%. O maior volume de recursos do Tesouro foi propiciado pelo Imposto de Renda, que atingiu Cr\$ 9.476 trilhões líquidos (48,9% da receita total). Desses, Cr\$ 521 bilhões eram relativos às restituições. Do IPI foram recolhidos Cr\$ 3.351 trilhões, dos quais, Cr\$ 1.045 trilhão restituídos aos contribuintes. O IOF totalizou Cr\$ 953 bilhões, o que significa uma queda real de 3,9%. A despesa do Tesouro totalizou Cr\$ 15.603 trilhões no trimestre — 19,7% abaixo do verificado em igual período de 1984.

DÍVIDA PÚBLICA

O saldo da dívida pública mobiliária federal interna atingiu Cr\$ 133,0 trilhões ao final de março, o que reflete um acréscimo real de 5,3% em relação ao verificado em dezembro de 1984. Do total da dívida, Cr\$ 127,2 trilhões se referem às ORTN e Cr\$ 5,8 trilhões às LTN. O estoque de papéis fora das autoridades monetárias alcançou Cr\$ 72,5 trilhões (54,5%).

O saldo da base monetária revelou, em janeiro, contração de 2,2%; expansão de 19,0% em fevereiro e contração de 2,0% em março. Iniciou-se, em março, a reversão da tendência de aceleração esboçada anteriormente com a taxa de variação em 12 meses, declinando de 266,8% em fevereiro, para 253,2% no final do trimestre.

Quanto aos meios de pagamento, dados preliminares indicam expansão trimestral de 9,1% com a taxa de 12 meses em 205,7%. Em termos médios, a expansão de março (8,0%) situou-se em nível inferior à observada em igual mês do ano anterior (9,0%). Assim, a taxa de 12 meses recuou de 198,9% em fevereiro, para 198,1% revertendo a tendência de aceleração iniciada em novembro de 1984.

CRÉDITOS

Ao final de março, os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado atingiram saldo estimado de Cr\$ 260,4 trilhões, refletindo evolução de 30,8% no trimestre e de 219,4% em 12 meses. Na composição dos empréstimos, o conjunto sociedades de crédito imobiliário/associações de poupança e empréstimo foi o mais representativo das aplicações do sistema não-monetário, com saldo de Cr\$ 36,4 trilhões (14,0%), seguido pelas caixas econômicas (13,9%), pelos bancos de investimento (10,0%) e pelo BNDES (9,9%).